

## Parte I - Sentidos do trabalho: contextos de reprodução e de reinvenção

A dinâmica do mercado de trabalho paraibano nas décadas de 1990 e 2000

Jorge Souza Alves  
Renato Silva de Assis

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

ALVES, JS., and ASSIS, RS. A dinâmica do mercado de trabalho paraibano nas décadas de 1990 e 2000. In: OLIVEIRA, RV., org. *Dinâmicas atuais do trabalho na Paraíba: leituras sociológicas* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2014, pp. 14-47. ISBN 978-85-7879-331-9. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

# PARTE I

Sentidos do Trabalho:  
Contextos de Reprodução e de Reinvenção

# A dinâmica do mercado de trabalho paraibano nas décadas de 1990 e 2000

*Jorge Souza Alves*  
*Renato Silva de Assis*

## Introdução

Este artigo procura analisar o comportamento do mercado de trabalho paraibano na década passada, a partir dos dados disponíveis do Censo Demográfico 2010, do IBGE. Buscando avaliar as mudanças e transformações ocorridas, esses dados mais recentes serão colocados em cotejamento com os dos Censos dos anos anteriores (1991 e 2000), sendo que para isso serão feitas algumas ressalvas, em função de alterações na metodologia e/ou classificação de algumas variáveis utilizadas.

Além desta *Introdução*, esse estudo é composto por mais três seções. A segunda seção faz um levantamento do comportamento econômico e demográfico paraibano nas últimas décadas, a fim de verificar quais aspectos direta e indiretamente impactaram (ou não) o mercado de trabalho nesse mesmo período. A terceira seção analisa detalhadamente a dinâmica do mercado de trabalho no referido território, explorando tanto os aspectos e/ou indicadores mais gerais desse mercado, como os dados ou variáveis referentes ao perfil dos ocupados. A última seção trata das considerações finais.

## O contexto econômico e demográfico da Paraíba nas últimas décadas

O desenvolvimento econômico marcou as grandes transformações ocorridas no Brasil no Século XX. A partir da Revolução de 1930, iniciou-se o processo de industrialização, que proporcionou a passagem de uma economia primário-exportadora para uma economia urbano-industrial. Dentro desse contexto, a economia nordestina, caracterizada predominantemente pela pequena produção de subsistência e pelo latifúndio agrícola (produção

de cana-de-açúcar, algodão, cacau) e/ou pecuário (gado bovino, principalmente), ambos pouco intensivos em capital, começou a perder importância relativa no contexto nacional e a se tornar uma economia complementar à economia da região Sudeste, que se configurava como o pólo dinâmico da acumulação de capital do país. Essas mudanças fizeram com que o Nordeste passasse a ser fornecedor de mão-de-obra, de produtos agrícolas, de matérias primas, de insumos e, em alguns momentos, de alguns produtos industriais, geralmente bens de consumo não-durável, como têxteis, calçados e alimentos, para empresas sediadas no Sudeste (OLIVEIRA, 2003).

Nesse mesmo período, tomou impulso o processo de repulsão populacional na Região Nordeste, fazendo com que a busca por oportunidades de trabalho nos grandes centros urbanos deslocasse milhões de nordestinos. A partir da década de 1940, fatores como a modernização da agricultura no Sudeste, abertura de novas fronteiras agrícolas, o avanço da industrialização e o elevado crescimento demográfico vegetativo da área rural do Nordeste, causaram grandes transformações na distribuição populacional no espaço brasileiro, promovendo, sobretudo, importantes deslocamentos de trabalhadores agrícolas para áreas urbanas do país. (MAGNOLI e ARAÚJO, 1996).

Outra questão que repercutiu sobre a interação demográfica e também política do Nordeste frente às outras regiões, foi o deslocamento do eixo de poder a favor da Região Sudeste, que conseqüentemente concentrou grande parte dos recursos financeiros do país. Essas alterações provocaram uma redução nas poucas oportunidades de investimento no Nordeste e agravou os problemas então existentes na Região, como a exclusão (desemprego) e as desigualdades sociais, bem como as secas recorrentes em grandes áreas de seu território, aumentando sobremaneira os conflitos sociais, a exemplo das Ligas Camponesas, na década de 1960 (OLIVEIRA, 2008).

Entre 1960 e 1980, verificou-se um processo de desconcentração espacial das atividades econômicas (inclusive industriais), atingindo positivamente o Nordeste, que (no segmento industrial) de tradicional produtora de bens de consumo não-duráveis (têxtil e alimentar, principalmente), começava a se especializar na produção de bens intermediários (química e petroquímica) e no desenvolvimento de pólos agroindustriais, mas ainda mantendo o caráter de economia complementar à tradicional indústria do Sudeste. Isso foi impulsionado tanto pela ação governamental (incentivos fiscais, investimentos de órgãos e empresas estatais, concessão de crédito, etc.) como pelos investimentos privados, de forma que as atividades urbanas (e dentro delas as atividades industriais) ganharam maior espaço no ambiente econômico

regional e passaram a comandar o crescimento da produção regional. Pelo lado governamental, destaca-se o papel desempenhado pela SUDENE, que incentivou e organizou distritos industriais nas capitais e principais cidades, e financiou a implantação de novas indústrias e/ou a modernização das já existentes (GUIMARÃES NETO, 1989; OLIVEIRA, 1998; ARAÚJO, 2000a e 2000b). Entretanto, tal processo beneficiou os Estados do Nordeste de forma diferenciada, cabendo à Bahia, Pernambuco e Ceará os maiores volumes de recursos governamentais. Isso ocorreu também no interior de cada Estado, onde geralmente a maior parte dos recursos foi alocada nas capitais e nos maiores municípios. Na Paraíba, foram criados distritos industriais em João Pessoa e Campina Grande, os quais canalizaram a maior parte dos investimentos destinados ao Estado (OLIVEIRA, 1987; ANDRADE, 1975).

Foi esse contexto de forte expansão econômica que caracterizou o período de industrialização do país entre 1930 e 1970, tendo contribuído para a estruturação do mercado de trabalho, por meio do elevado crescimento do emprego assalariado formal e do decréscimo das ocupações precárias e do desemprego, notadamente nas regiões Sudeste e Sul.

Com o esgotamento do padrão de acumulação baseado na substituição de importações, no final dos anos 1970, a economia brasileira começou ingressou em um período marcado por crises (inflação, dívida externa crescente, déficit fiscal e financeiro do Estado etc.) e ajustes (planos de estabilização econômica, reforma do Estado, abertura comercial e financeira, desregulamentação de mercados, reestruturação das empresas), que resultaram numa fase de semi-estagnação econômica. Nos anos 2000, notadamente a partir de 2004, com a melhora da situação fiscal-financeira do Estado e o retorno de seu papel como indutor do crescimento econômico, o Brasil passou a apresentar sinais positivos na sua dinâmica socioeconômica, com o retorno do crescimento econômico e a redução das desigualdades sociais e regionais. Durante esse período, o processo de desconcentração espacial sofreu certo arrefecimento, pelo menos quanto ao Nordeste, pois conforme mostram os dados das Contas Regionais do Brasil, do IBGE, o volume do Produto Interno Bruto - PIB do Nordeste teve crescimento de 64,4% entre 1995 e 2010, um resultado superior ao verificado em escala nacional (57,5%), mas sua participação no contexto nacional ficou praticamente inalterada no período, tendo passado de 12,0% para 13,5%, respectivamente.

Nessa Região, vem se observando o crescimento da produção de bens de consumo não-duráveis, com destaque para os segmentos ligados ao complexo vestuário (têxtil, confecções e calçados), bem como de bens duráveis, com a

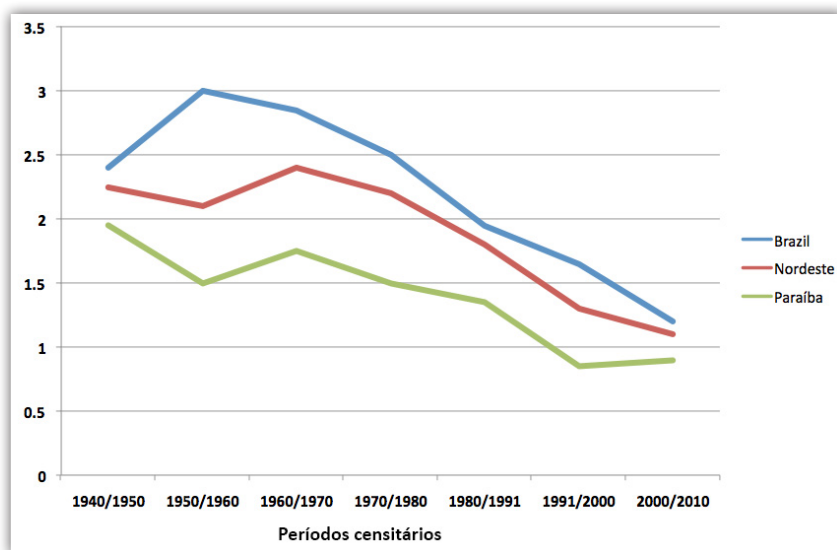
instalação do complexo automotivo da Bahia, além da expansão da fronteira agrícola para os Estados do Maranhão e Piauí, entre outros. No segmento de comércio, houve a instalação de grandes empresas atacadistas e/ou de distribuição (as chamadas Centrais de Distribuição, ou CD's), geralmente nas capitais e/ou áreas litorâneas (próximo de portos e rodovias federais), algumas com forte atuação nacional e/ou regional, bem como redes que mesclam o atacado com o varejo (os "atacarejos"), nos municípios de maior densidade populacional e econômica. Esse crescimento, entretanto, continuou a ocorrer de forma bastante diferenciada entre os espaços sub-regionais, e isso contribuiu para aprofundar a heterogeneidade dessa região, tornando mais nítidas e mesmo maiores as diferenças entre as sub-regiões. No caso da Paraíba, o PIB cresceu 70% entre 1995 e 2010, resultado superior ao verificado nos âmbitos regional e nacional (de 12,5%, em relação a este último), mas sua participação relativa nos contextos regional e nacional permaneceu praticamente constante ao longo desse período, passando de 6,1% para 6,4% e de 0,7% para 0,8% do PIB, entre 1995 e 2010, respectivamente. Em termos de posição, a Paraíba ficou com o 5º maior PIB regional, nos dois anos considerados.

Os dados acima permitem concluir que, quando se leva em conta a manutenção do crescimento estadual em torno da média regional e nacional, o resultado para a Paraíba não é negativo, mas também não pode ser considerado de todo positivo, em função de uma posição relativa inalterada no contexto nacional e regional. Apesar disso, vale destacar as mudanças na estrutura econômica estadual, conforme se pode perceber através do estudo da distribuição do Valor Adicionado Bruto segundo os ramos de atividade econômica. Esses dados mostram que, de 1995 a 2010, enquanto a participação do Setor Primário no Valor Adicionado Bruto total da economia paraibana caiu 9,3% (passando de 13,6% para 4,2%), houve um crescimento de 5,3% no Setor Terciário (de 67,9% para 73,2%) e de 4,1% no Setor Secundário (de 18,5% para 22,1%). Para o aumento do Setor Terciário, concorreram sobretudo o setor público e as atividades de intermediação financeira, seguros e previdência complementar, bem como o segmento do comércio. Quanto ao Setor Secundário, contribuíram os serviços industriais de utilidade pública (eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana) e, em grau menor, a indústria de transformação.

Quanto à dinâmica demográfica, os Censos Demográficos de 1940 até 2010 mostram que a população paraibana cresceu 2,6 vezes (de 1.422.282 para 3.766.528 habitantes), enquanto a nordestina cresceu 3,7 vezes e a brasileira, 4,6 vezes. No caso brasileiro, uma maior aceleração no ritmo de crescimento populacional ocorreu durante a década de 1950 (Gráfico 1), tendo se mantido

ainda, no período seguinte (anos 1960), em patamar elevado, para, a partir daí, dar início a um processo de desaceleração do crescimento, refletindo um sistemático declínio nas taxas de fecundidade.

**Gráfico 1** - Taxa média geométrica de crescimento anual da população residente - Brasil, Nordeste e Paraíba (1940/1950 a 2000/2010)



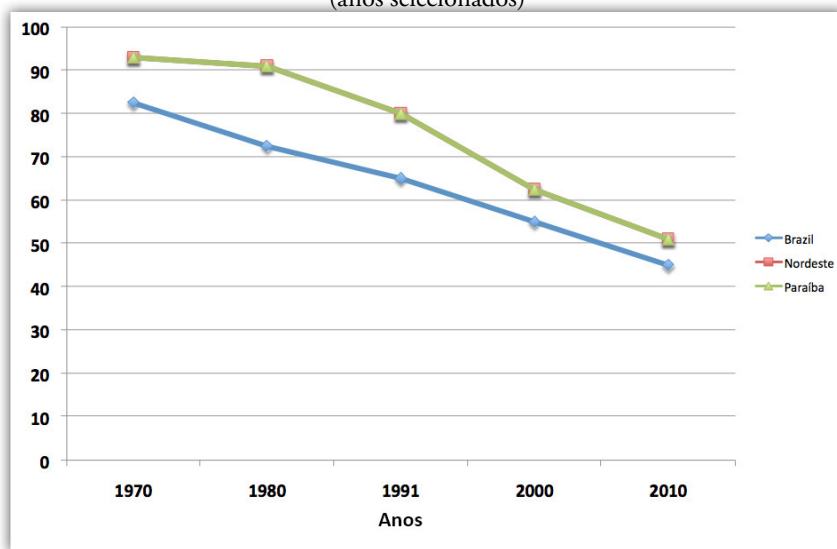
**Fonte:** IBGE/Censos Demográficos (anos selecionados).

Em relação à Região Nordeste, observou-se uma desaceleração do crescimento populacional durante a década de 1950 (2,08% ao ano), seguida de uma pequena aceleração nos anos de 1960, momento em que se verificou a maior variação de todo o período analisado (2,40% a.a.). A partir daí, acompanhou o movimento declinante, verificado na média nacional. Na Paraíba, a maior taxa foi verificada nos anos 1940 (1,93% a.a.), seguida de sua desaceleração nos anos 1950 (1,52% a.a.) e, como verificado no Nordeste, de uma aceleração nos anos 1960 (1,76% a.a.), para, a partir dos anos 1970, acompanhar o ritmo decrescente em termos regionais e nacional, mas sempre apresentando taxas inferiores aos dois âmbitos. A taxa média geométrica de crescimento anual no período 2000/2010, de 0,90%, foi a segunda mais baixa já observada desde a década de 1940 (a menor foi verificada entre 1991 e 2000, de 0,82% a.a.). Esses resultados contribuíram para que a participação da população nordestina no total da população brasileira passasse de 30,2%, em 1970, para 27,8%, em 2010. No que diz respeito à Paraíba, a participação

de sua população em relação à população brasileira e nordestina reduziu-se de 2,6% para 2% e de 8,5% para 7,1%, respectivamente.

Analisando-se a *razão de dependência*<sup>1</sup> nas áreas investigadas (Gráfico 2), nota-se, em princípio, que essa taxa caiu significativamente em todas elas, mostrando a redução paulatina no número de dependentes (crianças e idosos) da população em idade ativa, em todos os níveis, sendo que essas reduções ocorreram com maior intensidade no Nordeste e na Paraíba. Por outro lado, percebe-se que as taxas mais elevadas situavam-se na Região Nordeste e, dentro dessa, na Paraíba. Entretanto, como as taxas nessas áreas decresceram em um ritmo mais acelerado, essas foram, paulatinamente, se aproximando das taxas verificadas no Brasil. No caso da Paraíba, o peso da população inativa sobre a ativa, em 1970, era de 94,0%, tendo caído para 93,1% em 1980, 79,9% em 1991, 63,1% em 2000 e 51,1% em 2010.

**Gráfico 2** - Razão de dependência - Brasil, Nordeste e Paraíba  
(anos selecionados)



**Fonte:** IBGE/Censos Demográficos 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Olhando agora mais especificamente para o mercado de trabalho, do momento presente até as duas próximas décadas, a proporção de jovens e

1 Esse indicador representa o peso da população considerada inativa (0 a 14 anos e 65 anos ou mais de idade) sobre a população potencialmente ativa (15 a 64 anos de idade).



crianças deverá continuar a se reduzir e a de idosos não será tão grande. Ou seja, haverá uma larga proporção de pessoas na população em idade ativa. Isso significa um potencial de “enriquecimento” da sociedade: uma proporção maior de pessoas que podem trabalhar e uma proporção menor de pessoas que dependem da produção das que trabalham, ou seja, uma tendência à continuidade da redução da *taxa de dependência demográfica*.

Quanto ao nível de escolaridade da População em Idade Ativa - PIA<sup>2</sup> da Paraíba, constata-se um processo de melhoria nas últimas décadas. Entre 1991 e 2000, observou-se que os grupos populacionais que tiveram os maiores crescimentos foram exatamente os que possuíam maiores anos de estudo, destacando-se os grupos com 8 a 10 anos de estudo, com crescimento de 71,2%, o de 11 a 14 anos (59,6%), bem como o de 15 anos ou mais (41,3%). Em contrapartida, houve queda no contingente populacional sem instrução ou com menos de 1 ano de estudo, de 43,2%. No Censo Demográfico 2010, houve mudanças na classificação da população segundo essa variável, o que nos impossibilitou de fazer comparações com o período anterior. Analisando os dados de acordo com a nova classificação, observamos que 61,5% da população paraibana (3.161.232 pessoas) foi classificada como sem instrução ou com fundamental incompleto. Em segundo lugar, se colocaram os com ensino médio completo ou superior incompleto (18,6%), seguido das pessoas com o fundamental completo e das com o ensino médio incompleto (13,8%). Em último lugar, veio o grupo com ensino superior completo, com 5,7%. Com essas informações, pode-se afirmar que apesar dos investimentos públicos e privados no sistema educacional paraibano nas últimas décadas, que resultaram em melhorias no perfil da população em relação à educação formal, ainda é grande o contingente populacional com pouco ou nenhum nível de instrução formal.

---

2 A PIA é composta pela População Economicamente Ativa - PEA e População Não Economicamente Ativa – PNEA. A PEA inclui aqueles que efetivamente se encontram disponíveis para o exercício de atividades econômicas em um determinado período, seja na condição de ocupados, seja na de desocupados com procura por alguma ocupação (trabalho), e é exatamente esse contingente populacional que compõe o chamado mercado de trabalho. Os demais, pertencentes à PNEA, são os considerados inativos (em termos econômicos), como as donas de casa, os estudantes, os aposentados, os inválidos e os enfermos com mais de doze meses. Aqui, estamos considerando como pertencente à PIA a parte da população com 10 ou mais anos de idade.

Esse quadro de transformações econômicas e demográficas ocorridas na Paraíba irão nos ajudar na compreensão do comportamento do mercado de trabalho paraibano nas últimas décadas, ou seja, quanto às mudanças e/ou permanências verificadas, como veremos a seguir.

## A dinâmica recente do mercado de trabalho paraibano

Para procedermos a uma análise criteriosa das mudanças e permanências no mercado de trabalho paraibano na década passada, primeiro precisamos considerar os indicadores gerais de atividade do mesmo, o que será visto na primeira subseção. Em seguida, observaremos o perfil dos ocupados segundo algumas variáveis contidas no Censo Demográfico 2010.

### *Indicadores gerais da PIA e da PEA*

De acordo com os dados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 (Tabela 1), observa-se uma redução no ritmo de crescimento da PIA, que passou de 2.395.535 pessoas, em 1991, para 2.750.867, em 2000, e 3.161.232, em 2010, representando um crescimento relativo de 14,8% entre 1991 e 2000 (1,55% ao ano) e de 14,9% entre 2000 e 2010 (1,40% a.a.). Nota-se também, no mesmo período, uma redução no ritmo de crescimento da PEA. Entre 1991 e 2010, essa passou de 1.103.942 pessoas em 1991, para 1.400.627 pessoas em 2000, atingindo 1.617.710 pessoas em 2010, tendo, portanto, variações de 26,9% (2,68% ao ano) e de 15,5% (1,45% a.a.) para os subperíodos de 1991/2000 e 2000/2010, respectivamente.

Comparando os ritmos de crescimento da PIA e da PEA na Paraíba, observou-se, entre 1991 e 2000, um crescimento superior da segunda em relação à primeira, proporcionando uma elevação na *taxa de atividade*<sup>3</sup>, que passou de 46,1%, para 50,9%, respectivamente. No segundo subperíodo (2000/2010), o crescimento de ambas (PIA e PEA) ocorreu praticamente na mesma intensidade, e isso fez com que a taxa de atividade na Paraíba em 2010 (51,2%) fosse semelhante à verificada em 2000. No Brasil, a PIA aumentou 21,3% entre 1991 e 2000 (média de 2,17% a.a.) e 18,3% entre 2000 e 2010 (1,7% a.a.), enquanto a PEA teve variações de 32,5% (3,18% a.a.) e 20,7% (1,9%

---

3 Também conhecida como *taxa de participação*, a taxa de atividade é a proporção de pessoas ocupadas ou que buscam ocupação (trabalho) dentre a mão-de-obra potencialmente disponível para a atividade econômica. Ou seja, mostra a relação entre a PEA frente à PIA.

a.a.) nesses mesmos subperíodos. No Nordeste, as variações na PIA ficaram em 20,0% (2,05% a.a.) e 17,7% (1,64% a.a.), enquanto as variações na PEA chegaram a 31,9% (3,13% a.a.) e 18,6% (1,72% a.a.), respectivamente.

Por conta do crescimento da PEA ter sido superior ao da PIA na década de 1990, a *taxa de atividade* brasileira aumentou em 4,8% (passou de 51,8%, em 1991, para 56,6%, em 2000) e a nordestina, em 4,7% (de 47,2%, para 51,8%, respectivamente). Já na década seguinte, como a diferença no ritmo de crescimento da PEA em relação ao da PIA não foi tão grande quanto no subperíodo anterior, observou-se uma desaceleração na dinâmica de crescimento da taxa de atividade no mercado de trabalho brasileiro como também Nordestino. No caso do Brasil, o crescimento foi de 1,1% (a taxa de atividade em 2010 ficou em 57,7%) e, no caso do Nordeste, o crescimento foi de apenas 0,41% (a taxa ficou em 52,3%, em 2010).

**Tabela 1** - População em idade ativa e economicamente ativa, população ocupada e desocupada, taxa de atividade, de ocupação e desocupação - Brasil, Nordeste e Paraíba (1991, 2000, 2010)

Indicadores/Área Geográfica	Anos			Variação Relativa (% e p.p.)	
	1991	2000	2010	1991/2000	2000/2010
<b>Brasil</b>					
População em Idade ativa	112.859.578	136.910.358	161.981.299	21,31	18,31
População Economicamente Ativa	58.456.128	77.467.473	93.504.659	32,52	20,70
População Ocupada	55.293.311	65.629.892	86.353.839	18,69	31,58
População Desocupada	3.162.816	11.837.581	7.150.820	274,27	-39,59
Taxa de Atividade (%)	51,8	56,6	57,7	4,8	1,1
Taxa de Ocupação (%)	94,6	84,7	92,4	-9,9	7,6
Taxa de Desocupação (%)	5,4	15,3	7,6	9,9	-7,6
<b>Nordeste</b>					
População em Idade ativa	31.308.527	37.565.737	44.217.039	19,99	17,71
População Economicamente Ativa	14.762.384	19.477.471	23.106.950	31,94	18,63
População Ocupada	13.803.969	16.384.648	20.854.301	18,70	27,28
População Desocupada	958.415	3.092.823	2.252.649	222,70	-27,17
Taxa de Atividade (%)	47,2	51,8	52,3	4,7	0,4
Taxa de Ocupação (%)	93,5	84,1	90,3	-9,4	6,1
Taxa de Desocupação (%)	6,5	15,9	9,7	9,4	-6,1
<b>Paraíba</b>					
População em Idade ativa	2.395.535	2.750.867	3.161.232	14,83	14,92
População Economicamente Ativa	1.103.942	1.400.627	1.617.710	26,88	15,50
População Ocupada	1.044.594	1.200.993	1.478.168	14,97	23,08
População Desocupada	59.348	199.634	139.542	236,38	-30,10
Taxa de Atividade (%)	46,1	50,9	51,2	4,8	0,3
Taxa de Ocupação (%)	94,6	85,7	91,4	-8,9	5,6
Taxa de Desocupação (%)	5,4	14,3	8,6	8,9	-5,6

**Fonte:** IBGE - Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010

Portanto, ao se comparar as variações ocorridas nas duas últimas décadas, constata-se que as diferenças decorrem principalmente da desaceleração no crescimento das populações que exercem “pressão sobre o mercado de trabalho”, tanto no âmbito nacional como também no regional e local, na última década analisada.

Apesar disso, o descompasso entre produção de riquezas e evolução do mercado de trabalho, nos dois subperíodos analisados, fez com que o ritmo de expansão da ocupação fosse diferenciado em relação à necessidade de incorporação dos trabalhadores nas atividades econômicas. Quando analisamos o crescimento da PEA brasileira em seus dois componentes (ocupados e desocupados), verificamos que enquanto a população ocupada do país cresceu apenas 18,7% (1,92% a.a.), e a população desocupada cresceu 274,3% (15,79% a.a.), entre 1991 e 2000, no subperíodo 2000/2010 a população ocupada cresceu 31,6% (2,78% a.a.) e a desocupada teve uma queda de 39,6% (-3,39% a.a.). No âmbito nordestino, os resultados apresentaram as mesmas características verificadas no contexto nacional. Entre 1991 e 2000, o contingente de desocupados cresceu 222,7% (13,90% a.a.), enquanto o de ocupados aumentou em 18,7% (1,92% a.a.). Já nos anos 2000 o número de ocupados cresceu em 27,3% (2,44% a.a.) e de desocupados caiu 27,2% (-2,43% a.a.).

Assim como nos casos brasileiro e Nordeste, o crescimento da PEA paraibana na década de 1990 ocorreu de forma predominante no segmento dos desocupados: a quantidade de pessoas desocupadas passou de 59.348 pessoas, em 1991, para 199.634 pessoas, em 2000, um incremento de 236,4% (14,43% a.a.). Por isso mesmo, e dada a insuficiente demanda por mão de obra no mercado local, constatou-se um significativo aumento nas taxas de desocupação na década de 1990, que passou de 5,4%, em 1991, para 14,3%, em 2000. No caso da população ocupada, seu crescimento relativo foi de 15,0% (1,56% a.a.). Na década seguinte, observou-se uma conjuntura econômica oposta à da década anterior. Nesse subperíodo, observa-se que o total da população ocupada na Paraíba aumentou em 23,1% (2,10% a.a.), enquanto o número de desocupados teve redução de 30,19% (-2,67% a.a.), seguindo a trajetória observada em níveis nacional e regional. Essas mudanças ocorridas no mercado de trabalho fizeram com que a taxa de desocupação caísse para 8,6%, em 2010. Verifica-se, portanto, que enquanto na década de 1990 o aumento relativo da quantidade de pessoas que exercem pressão sobre o mercado de trabalho ocorreu majoritariamente pela expansão do número de desempregados, na primeira década do século XXI esse aumento deveu-se à expansão do número de ocupados na economia brasileira e regional.

Ao se realizar uma análise mais específica sobre a inserção da população jovem de 15 a 24 anos no mercado de trabalho paraibano, nota-se que a realidade para essa faixa etária se apresentava de forma diferenciada das demais, inclusive em relação às oportunidades de trabalho. No período de 1991 a 2000, observou-se elevação tanto na PIA quanto na PEA juvenil, só que a intensidade dessa elevação (21,6%, ou 2,19% a.a.) foi praticamente o dobro da verificada naquela (11,2%, ou 1,19% a.a.), e isso contribuiu para que a sua taxa de atividade se elevasse de 48,3%, em 1991, para 52,7%, em 2000. O problema aqui, é que o crescimento de tal taxa foi provocado pelo aumento de 235,3% (14,39% a.a.) do número de jovens desocupados, enquanto o nível de ocupação juvenil ficava praticamente inalterado, com variação de 0,5% (0,05% a.a.). Esses fatos contribuíram para a forte elevação da taxa de desemprego juvenil nesse subperíodo, que de 9,0%, em 1991, passou para 24,8%, em 2000. Ao se analisar esses indicadores ao longo do período de 2000/2010, nota-se um processo de mudanças na inserção ocupacional dos jovens paraibanos, visualizada através das reduções tanto da PIA (-1,9%, ou -0,19% a.a.) como da PEA (-11,9%, ou -1,13% a.a.) nessa faixa etária. Porém, o fato da intensidade de redução dessa última ter sido bem maior do que a daquela, isso contribuiu para que a taxa de atividade da população jovem caísse para 47,4%, em 2010, uma redução de 5,4% em relação a 2000. Verificando a PEA juvenil em seus dois enfoques ou subdivisões (ocupados e desocupados), podemos notar reduções absolutas em ambos os agregados, mas enquanto o primeiro obtinha uma redução de 4,5% (-0,44% a.a.), o segundo apresentava uma expressiva queda, de 34,4% (-3,0% a.a.). O conjunto dessas mudanças fez com que a taxa de desocupação caísse para 18,5%, em 2010, uma redução de 6,3% em relação a 2000. Essas informações mostram que a tendência de crescimento da inserção juvenil no mercado de trabalho, que vinha se apresentando nos anos de 1990, foi ocupada por uma redução da quantidade de jovens pertencentes às populações ativa e economicamente ativa, sendo que, dentro dessa última, coube principalmente à redução do contingente de jovens desocupados o ônus dessa mudança. Contribuiu para isso tanto a redução absoluta desse grupo etário, como certamente a opção de parte dos jovens em postergar o ingresso no mercado de trabalho, ocupando parte de seu tempo em atividades educacionais, visando um ingresso futuro no mercado de trabalho, com um maior nível de qualificação profissional.

Verificando agora os macro indicadores do mercado de trabalho à luz do recorte de gênero, podemos perceber aspectos relevantes entre as décadas de 1990 e 2000, tanto em relação às mudanças quanto às permanências.

Em relação à PIA, constatamos o crescimento de ambos os grupos, mas com ritmos diferenciados: no grupo masculino, houve uma tendência de crescimento a taxas decrescentes, com o subperíodo 1991/2000 tendo variação de 15,9% (1,65% a.a.), contra 13,2% (1,25% a.a.) do subperíodo 2000/2010; enquanto o grupo feminino teve taxas de crescimento ascendentes, tendo variado em 13,9% (1,45% a.a.) e 16,5% (1,54% a.a.), respectivamente. No que diz respeito à PEA, também observamos crescimentos tanto no grupo masculino quanto no feminino, mas com algumas diferenças relevantes. No caso da PEA do sexo masculino, observamos o mesmo fenômeno ocorrido em relação a PIA masculina, ou seja, um crescimento a taxas decrescentes, mas, nesse caso, em ritmos inferiores aos verificados com a mesma: suas taxas passaram de 12,1% (1,28% a.a.), entre 1991 e 2000, para 11,1% (1,05% a.a.). Já a PEA feminina teve crescimento bem superior a PIA feminina, bem como em relação à PEA masculina, havendo, entretanto, desaceleração em seu crescimento: no primeiro subperíodo, a variação ficou em 61,4% (5,47% a.a.); no segundo, em 22,7% (2,07% a.a.).

Por ter tido um crescimento bem mais intenso na PEA, a taxa de atividade feminina cresceu durante todo o período analisado, tendo crescido 13% entre 1991 e 2010 (passando de 26,3%, em 1991, para 37,3%, em 2000, e 39,3%, em 2010). Por outro lado, a taxa de atividade masculina teve decréscimo de 3,5% durante o período analisado (passando de 67,9%, para 65,6% e 64,4%, respectivamente), mas que, apesar disso, ainda foi bem superior à taxa feminina em 2010. Analisando-se a parte da PEA composta pelos desocupados<sup>4</sup>, observamos importantes transformações entre as décadas de 1990 e 2000. O primeiro fenômeno observado foi o forte crescimento do bloco da PEA formado pelos desocupados, crescimento esse ocorrido tanto no grupo masculino quanto no feminino, isso em relação ao primeiro subperíodo (1991/2000). Mas esse crescimento foi bem mais intenso no grupo feminino, pois enquanto esse grupo teve crescimento de 347,9% (18,13% a.a.), o masculino teve aumento de 170,9% (11,71% a.a.). No subperíodo seguinte (2000/2010), observou-se uma redução do nível de desocupação nos dois grupos analisados, mas essa redução ocorreu numa intensidade bem menor do que a intensidade do crescimento do nível de desocupação do subperíodo anterior. Por outro lado, quando analisamos essa redução do nível de desocupação segundo o sexo, verificamos que a maior intensidade de redução ocorreu no grupo masculino, que teve variação de

---

4 As considerações sobre o perfil dos ocupados serão feitas mais adiante, na próxima seção.

-37,0% (-3,20% a.a.), do que no feminino, cujo nível de desocupação caiu 23,0% (2,09% a.a.). Essas oscilações no nível de desocupação contribuíram para alterar as taxas de desocupação, acelerando-as bastante no primeiro subperíodo e desacelerando-as no segundo. Também aumentaram os diferenciais de taxas entre os grupos do sexo masculino e feminino, em clara desvantagem para o segundo: a taxa de desocupação masculina passou de 4,8%, em 1991, para 11,7%, em 2000, e 6,6%, em 2010, enquanto a feminina saía de 6,6%, para 18,4%, e 11,6%.

### *A evolução dos ocupados de acordo com alguns atributos básicos*

Feitas as considerações sobre o quadro geral do mercado de trabalho, faremos agora uma análise do perfil dos ocupados no mercado de trabalho paraibano, de acordo com alguns recortes analíticos.

#### *Idade*

Analisando os dados da Tabela 2, a seguir, que mostram a evolução da população ocupada de acordo com os grupos de faixa etária, entre 1980 e 2010, observa-se que o crescimento de 80,0% no total dos ocupados nesse período deveu-se principalmente ao grupo dos adultos (25 a 59 anos), seguido pelos grupos dos idosos (60 ou mais anos) e jovens (15 a 24 anos).

**Tabela 2** - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por grupos de faixa etária - Paraíba (1980, 1991, 2000 e 2010).

Grupos de idade	Pessoas Ocupadas com 10 ou Mais anos de Idade				Variação Relativa 1980/2010 (%)
	1980	1991	2000	2010	
<b>Quantidade (Pessoas)</b>					
<b>Total</b>	<b>821.415</b>	<b>1.044.594</b>	<b>1.200.993</b>	<b>1.478.168</b>	<b>79,95</b>
10 a 14 anos	62.186	47.698	38.808	27.150	-56,34
15 a 24 anos	235.499	281.317	282.587	269.964	14,63
25 a 59 anos	462.717	643.169	796.904	1.071.710	131,61
60 ou mais anos	59.238	72.410	82.694	109.344	84,58
Idade Ignorada	1.775	-	-	-	-
<b>Distribuição (%)</b>					
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>
10 a 14 anos	7,6	4,6	3,2	1,8	-
15 a 24 anos	28,7	26,9	23,5	18,3	-
25 a 59 anos	56,3	61,6	66,4	72,5	-
60 ou mais anos	7,2	6,9	6,9	7,4	-
Idade Ignorada	0,2	-	-	-	-

**Fonte:** IBGE/Censos Demográficos 1980, 1991, 2000 e 2010 - Resultado da Amostra.

No caso do grupo dos adultos, o nível de ocupação elevou-se em 131,6% (passando de 462.717 pessoas, em 1980, para 1.071.710, em 2010), crescimento esse que contribuiu para elevar ainda mais a sua importância relativa no total dos ocupados: de 56,3%, em 1980, para 72,5%, em 2010, um crescimento de 16,2%. O grupo dos idosos teve crescimento relativo de 84,6% (de 59.238 para 109.344 pessoas, respectivamente), crescimento esse que, apesar de elevado, não alterou a participação do mesmo no total dos ocupados (ficando estabilizado em torno de 7,2%), em virtude do pequeno tamanho do mesmo.

O grupo de jovens, por sua vez, teve um crescimento relativo de apenas 14,6% (de 235.499, em 1980, para 269.964 pessoas, em 2010), pois, ao contrário dos outros dois, além de ter tido um menor crescimento, esse movimento ascendente só ocorreu até 2000, com o Censo Demográfico de 2010 registrando uma redução absoluta em seu contingente, em relação ao Censo anterior. Esses fatores contribuíram para que houvesse uma redução de 10,4% na participação relativa desse grupo no total dos ocupados (de 28,7%, em 1980, para 18,3%, em 2010).

O único grupo etário que teve redução no nível de ocupação foi o de 10 a 14 anos de idade, cuja variação ficou em -56,3%. Isso contribuiu para que a participação desse grupo no total dos ocupados caísse de 7,6%, em 1980, para 1,8%, em 2010.

Para Alves (2006), o decréscimo da participação relativa de crianças e adolescentes no mercado formal foi resultado de uma combinação de alguns fatores. O primeiro deles foi a redução da oferta relativa de mão-de-obra nestes segmentos etários, provocada pela redução tanto das taxas de fecundidade quanto das políticas voltadas para o ensino fundamental realizados nas duas últimas décadas. Outro fator determinante foi a instituição de normas e ações do poder público e de instituições da sociedade civil visando a inibição ou o desestímulo ao uso de mão-de-obra infanto-juvenil<sup>5</sup>. O terceiro fator

---

5 A Constituição Federal de 1988, por exemplo, através do inciso XXXIII do artigo 7º, determina a proibição de trabalho noturno, perigoso e insalubre aos menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 14 anos, salvo na condição de aprendiz. Em 1998, a Emenda Constitucional nº 20/98 aumentou a idade mínima para o início do trabalho de 14 para 16 anos de idade. Verificou-se também a adoção, por parte de alguns governos municipais e estaduais a partir de meados da década de 1990, e do governo federal a partir de 2001, de políticas de transferências de renda para famílias de baixa renda com condicionalidades geralmente vinculadas à colocação e/ou manutenção dos filhos menores na escola pública (SILVA, YAZBEK & GIOVANNI, 2004). Um exemplo de



diz respeito ao acirramento da disputa pelos postos de trabalho disponíveis, decorrente das transformações ocorridas no mercado de trabalho ao longo das últimas décadas, dos quais o aumento das taxas de desocupação em 1990 e sua manutenção em patamares elevados nos anos 2000 foram as consequências perniciosas mais visíveis. Num contexto marcado por fraca demanda por postos de trabalho, em relação ao crescimento da oferta de força de trabalho, era de se esperar que os trabalhadores mais experientes, mais qualificados e com mais vitalidade se destacassem na disputa por novas ocupações.

### Sexo

A distribuição da população ocupada segundo o sexo, entre 1991 e 2010, pode ser vista por meio da Tabela 3, onde se verifica que nessas duas décadas houve um crescimento no número de ocupados em ambos os sexos, sendo esse crescimento mais intenso na última década e entre os ocupados do sexo feminino. O total de ocupadas passou de 308.711 pessoas, em 1991, para 435.522 pessoas, em 2000, e 591.896 pessoas, em 2010, tendo, portanto, variação de 41,1% (3,90% a.a.) entre 1991 e 2000, e de 33,1% (2,90% a.a.), entre 2000 e 2010.

**Tabela 3** - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, segundo o sexo - Paraíba (1991, 2000 e 2010).

Sexo	Pessoas Ocupadas com 10 ou mais anos de idade, na semana da referência			Variação Relativa (%)	
	1991	2000	2010	1991/2000	2000/2010
	<b>Quantidade (Pessoas)</b>				
<b>Total</b>	<b>1.044.594</b>	<b>1.200.993</b>	<b>1.478.168</b>	<b>14,97</b>	<b>23,08</b>
Homens	735.883	765.471	886.272	4,02	15,78
Mulheres	308.711	435.522	591.896	41,08	35,90
	<b>Distribuição (%)</b>				
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	-	-
Homens	70,45	63,74	59,96	-	-
Mulheres	29,55	36,26	40,04	-	-

**Fonte:** IBGE/Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010

No caso do contingente de ocupados do sexo masculino, esse passou de 735.883 para 765.471 e 886.272 pessoas, respectivamente, resultando,

---

política dessa natureza foi a implantação do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil em 1994, seguido da criação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, alguns anos depois.

portanto, num fraco crescimento no subperíodo 1991/2000, de 4,0% (0,44% a.a.), e numa aceleração desse crescimento entre 2000 e 2010, com sua variação ficando em 17,4% (1,62% a.a.). O conjunto desses fatores contribuiu para que a participação feminina no total da população ocupada na Paraíba se elevasse em cerca de 10%, entre os extremos do período (passando de 29,6%, em 1991, para 36,3%, em 2000, e 40,0%, em 2010), e, por outro lado, fez com que a participação masculina caísse na mesma proporção (de 70,5% para 63,7% e 60,0%, respectivamente).

### **Posição na ocupação**

Analisando o perfil dos ocupados paraibanos de acordo com a sua posição na ocupação principal (Tabela 4), nos dois últimos períodos intercensitários (1991/2000 e 2000/2010), notam-se algumas mudanças (e continuidades) relevantes.

**Tabela 4** - Pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência por posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal - Paraíba (1991, 2000 e 2010)

Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal	Pessoas Ocupadas com 10 ou mais anos de idade,			Variação Relativa (%)	
	1991	2000	2010	1991/2000	2000/2010
	Quantidade (Pessoas)				
<b>Total</b>	<b>1.044.594</b>	<b>1.200.993</b>	<b>1.478.168</b>	<b>14,97</b>	<b>23,08</b>
<b>Empregados</b>	<b>621.013</b>	<b>680.094</b>	<b>923.550</b>	<b>9,51</b>	<b>35,80</b>
Empregados - com carteira de trabalho	152.645	264.608	402.421	73,35	52,08
Empregados - militares e funcionários públicos estatutários	188.087	96.384	112.167	-48,76	16,38
Empregados - outros sem carteira de trabalho assinada	277.508	319.302	408.962	14,99	28,16
Não souberam informar	2.773	-	-	-	-
<b>Conta própria</b>	<b>329.313</b>	<b>278.714</b>	<b>324.772</b>	<b>-15,37</b>	<b>16,53</b>
<b>Empregadores</b>	<b>26.062</b>	<b>20.714</b>	<b>19.966</b>	<b>-20,52</b>	<b>-3,61</b>
<b>Não remunerados</b>	<b>68.204</b>	<b>98.352</b>	<b>35.021</b>	<b>44,20</b>	<b>-64,39</b>
<b>Trabalhadores na produção para o próprio consumo</b>	<b>n.d.</b>	<b>123.118</b>	<b>174.860</b>	<b>100,00</b>	<b>42,03</b>
	Distribuição (%)				
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Empregados</b>	<b>59,45</b>	<b>56,63</b>	<b>62,48</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Empregados - com carteira de trabalho	14,61	22,03	27,22	-	-
Empregados - militares e funcionários públicos estatutários	18,01	8,03	7,59	-	-
Empregados - outros sem carteira de trabalho assinada	26,57	26,57	27,67	-	-
Não souberam informar	0,27	-	-	-	-
<b>Conta própria</b>	<b>31,53</b>	<b>23,21</b>	<b>21,97</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Empregadores</b>	<b>2,49</b>	<b>1,72</b>	<b>1,35</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Não remunerados</b>	<b>6,53</b>	<b>8,19</b>	<b>2,37</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Trabalhadores na produção para o próprio consumo</b>	<b>-</b>	<b>10,25</b>	<b>11,83</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

**Fonte:** IBGE/Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010 - Resultados Gerais da Amostra.

NOTA: (1) opção “Trabalhadores na produção para o próprio consumo” não pesquisada pelo Censo.

A primeira delas reside no crescimento do grupo dos *empregados* em todo o período analisado, passando de 621.013 pessoas, em 1991, para 680.094 pessoas, em 2000, e 923.550 pessoas, em 2010. Esse crescimento foi mais intenso nos anos 2000, pois no subperíodo 1991/2000, a variação do nível de emprego foi de 15,0% (1,56% a.a.), enquanto no subperíodo 2000-2010, a variação ficou em 23,1% (2,10% a.a.). O aumento do emprego na Paraíba contribuiu para elevar a participação relativa dos *empregados* no total dos ocupados, que passou de 59,5% em 1991, para 56,6% em 2000 e 62,5% em 2010. Ressalte-se que o aumento da importância do emprego foi impulsionado pelo forte crescimento dos *trabalhadores com carteira de trabalho assinada*, que ocorreu em todo o período analisado, tendo mais intensidade no primeiro subperíodo: entre 1991 e 2000, com variação de 73,4% (6,30% a.a.), enquanto a variação corrida entre 2000 e 2010 ficou em 52,1% (4,28% a.a.). Por conta disso, a participação relativa desse subgrupo de empregados no total dos ocupados subiu 12,6% (passando de 14,6%, em 1991, para 22,0%, em 2000, e 27,2%, em 2010). O subgrupo dos *assalariados sem carteira de trabalho assinada* também cresceu continuamente nas últimas duas décadas, mas tendo um ritmo de crescimento inferior ao subgrupo anterior: seu contingente passou de 277.508 pessoas, em 1991, para 319.102, em 2000, e 408.962, em 2010, resultando em variações de 15,0% (1,57% a.a.) e 28,2% (2,51% a.a.), entre 1991/2000 e 2000/2010, respectivamente. Apesar disso, sua participação no total dos ocupados não teve alterações relevantes ao longo do tempo, tendo passado de 26,6%, em 1991 e 2000, para 27,7%, em 2010. O subgrupo dos *militares e funcionários públicos estatutários*, entretanto, teve forte queda no período entre 1991 e 2000, de 48,8% (-4,51% a.a.), e elevação entre 2000 e 2010, de 16,4% (1,53% a.a.), de forma que, entre os extremos do período, a variação ficou em -40,4% (passando de 188.087 pessoas, em 1991, para 96.384, em 2000, e 112.167, em 2010). Isso contribuiu para que sua participação no total dos ocupados caísse 10,4%: de 18,0%, passou para 8,0% e 7,6%, respectivamente.

Em relação aos *trabalhadores por conta própria*, seu contingente passou de 329.313 pessoas, em 1991, para 278.714, em 2000, e 324.772, em 2010. Nesse caso, faz-se necessário ressaltar que a forte queda no nível de ocupação entre 1991 e 2000, de 15,4% (-1,60% a.a.), deve-se, em grande parte, à mudança metodológica ocorrida no Censo Demográfico 2000, que introduziu o grupo dos trabalhadores na produção para o próprio consumo, cujo contingente certamente era incluído nessa categoria até antes dessa mudança conceitual. A comparação só pode ser feita entre os Censos de 2000 e 2010,

cujas metodologias não apresentaram mudanças conceituais relevantes. Nesse subperíodo, o crescimento no número do referido segmento foi de 16,5% (1,54% a.a.), mas isso não impediu a queda de 1,2% na participação desse grupo no total dos ocupados (de 23,2% para 22,0%, respectivamente).

No caso dos *trabalhadores para o próprio consumo*, observou-se um razoável crescimento no subperíodo 2000/2010, de 42,0% (3,57% a.a.), fazendo com que o mesmo tivesse um crescimento de 1,6% em sua participação em relação ao total dos ocupados (de 10,3% para 11,8%, respectivamente).

Quanto ao grupo dos *empregadores*, foi o único que teve reduções em todo o período analisado, passando de 26.062 pessoas, em 1991, para 20.714, em 2000, e 19.966, em 2010, resultando em decréscimos de 20,5% (-2,10% a.a.) e 3,6% (-0,36% a.a.), entre 1991/2000 e 2000/2010, respectivamente. Isso contribuiu para que a participação do mesmo no total dos ocupados caísse de 2,5%, em 1991, para 1,7%, em 2000 e 1,4%, em 2010.

Por último, temos o grupo dos *trabalhadores não remunerados*, que teve fortes oscilações nas décadas de 1990 e 2000, passando de 68.204 pessoas, em 1991, para 98.352, em 2000, e 35.021, em 2010. A partir desses resultados, constatou-se um crescimento de 44,2% (4,15% a.a.) entre 1991 e 2000, e um decréscimo de 64,4% (-5,10% a.a.) entre 2000 e 2010. Essas oscilações contribuíram para que a participação desse grupo no total dos ocupados também oscilasse, mas de forma que essa ficasse, no final, em patamar bem menor do que o verificado em 1991: de 6,5%, em 1991, passou para 8,2%, em 2000, e 2,4%, em 2010.

O conjunto das informações acima indica um aumento dos *trabalhadores assalariados*, especialmente os *com carteira de trabalho assinada*, como também aponta a possibilidade de redução relativa dos trabalhadores informais na economia paraibana, notadamente dos *não remunerados*. Isso ocorreu, em grande medida, devido ao crescimento econômico verificado a partir de 2004, às políticas públicas voltadas para o mercado de trabalho, bem como à continuidade do movimento de desconcentração espacial das atividades econômicas, que tem atingido positivamente o Nordeste e, em particular, a Paraíba. Entretanto, nota-se que ainda é bastante alto o número de *trabalhadores autônomos* (22,0%), que geralmente estão inseridos em ocupações precárias, bem como dos *assalariados sem carteira de trabalho assinada* (27,7%), que não têm os direitos trabalhistas e previdenciários garantidos.

Considerando que quase a totalidade dos *ocupados por conta própria*, junto com os *assalariados sem carteira assinada*, os *sem remuneração* e os que *produzem para auto consumo*, fazem parte de ocupações consideradas *informais*,

pode-se chegar à conclusão que grande parte da força de trabalho paraibana ainda pertencia ou ao contingente de excluídos (desocupados), ou, alternativamente, ao de ocupados em condições precárias. Isso se apresenta mais problemático, se se considera o fato de que algumas ocupações assalariadas formais são de tipo precárias, como é o caso dos trabalhadores com contrato por tempo determinado, bem como dos prestadores de serviços em instituições públicas municipais e estaduais, dentre outros.

### *Distribuição por grandes setores/ramos da atividade econômica*

Ao se analisar a distribuição dos ocupados segundo atividades econômicas na Paraíba, nos três últimos anos intercensitários, percebe-se, com a Tabela 5, a continuidade de um processo de redução da importância relativa dos trabalhadores inseridos nas atividades do Setor Primário (Agropecuária, Extrativa Vegetal, Silvicultura e Pesca): seu contingente passou de 376.958 pessoas, em 1991, para 373.366, em 2000, e 364.080, em 2010, resultando em decréscimos de 1,0% (-0,11% a.a.) e 2,5% (-0,25% a.a.), para os subperíodos de 1991/2000 e 2000/2010, respectivamente. Esse fato ajudou na redução de sua participação no total dos ocupados, em 11,5%, entre 1991 e 2010 (passando de 36,1%, em 1991, para 31,1%, em 2000, e 24,6%, em 2010).

Em sentido contrário ao verificado no Setor Primário, observou-se uma forte elevação da importância da força de trabalho no Setor Terciário (comércio e prestação de serviços), que de 48,3% do total dos ocupados na Paraíba, em 1991, passou para 52,9%, em 2000, atingindo 54,9%, em 2010. Dentro desse setor, vale destacar o crescimento dos dois grandes segmentos que o compõem, com destaque para o comércio de mercadorias, cujo nível de ocupação cresceu 52,5% (4,80% a.a.) e 44,5% (3,75% a.a.), entre 1991/2000 e 2000/2010, respectivamente. Essa mudança fez com a participação dos ocupados nesse segmento, em relação ao total dos ocupados, saísse de 10,8%, em 1991, para 14,3%, em 2000, passando a concentrar 16,8% do total dos ocupados na Paraíba, em 2010. No caso das atividades de prestação de serviços, o crescimento do nível de ocupação foi de 18,2% (1,87% a.a.), entre 1991 e 2000, e de 21,7% (1,99% a.a.), entre 2000 e 2010, sendo que sua participação no total dos ocupados teve alteração pouco relevante no período analisado, tendo passado de 37,5%, em 1991, para 38,5%, em 2000, e 38,1%, em 2010.

**Tabela 5** - Pessoas ocupadas com 10 anos ou mais de idade, por Setor da Atividade Econômica - Paraíba (1991, 2000 e 2010).

Setor da Atividade Econômica	Pessoas Ocupadas com 10 ou mais anos de idade, na Paraíba			Variação Relativa (%)	
	1991	2000	2010	1991/2000	2000/2010
	<b>Quantidade (Pessoas)</b>				
<b>Total</b>	<b>1.044.594</b>	<b>1.200.993</b>	<b>1.478.168</b>	<b>14,97</b>	<b>23,08</b>
<b>Agropecuária, Extrativa Vegetal, Silvicultura e Pesca</b>	<b>376.958</b>	<b>373.366</b>	<b>364.080</b>	<b>-0,95</b>	<b>-2,49</b>
Indústria	99.827	117.987	139.665	18,19	18,36
Construção Civil	54.591	67.652	102.166	23,93	51,02
Comércio de Mercadorias	112.784	172.044	248.646	52,54	44,52
Serviços	391.592	462.675	562.874	18,15	21,66
<b>Atividades mal Especificadas/ Outras atividades</b>	<b>8.842</b>	<b>7.269</b>	<b>60.748</b>	<b>-17,79</b>	<b>735,7</b>
	<b>Participação Relativa (%)</b>				
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	-	-
<b>Agropecuária, Extrativa Vegetal, Silvicultura e Pesca</b>	<b>36,09</b>	<b>31,09</b>	<b>24,63</b>	-	-
Indústria	9,56	9,82	9,45	-	-
Construção Civil	5,23	5,63	6,91	-	-
Comércio de Mercadorias	10,80	14,33	16,82	-	-
Serviços	37,49	38,52	38,08	-	-
<b>Atividades mal Especificadas/ Outras atividades</b>	<b>0,85</b>	<b>0,61</b>	<b>4,11</b>	-	-

**Fonte:** IBGE/Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010 - Resultados da Amostra

Quanto ao Setor Secundário, constatou-se crescimento do nível de ocupação nos dois segmentos que o compõe (indústria e construção civil), nos dois subperíodos analisados, de forma a proporcionar um pequeno crescimento da importância relativa dos ocupados desse Setor no total dos ocupados na Paraíba (de 14,8%, em 1991, passou para 15,5%, em 2000, e 16,4%, em 2010). Dos dois segmentos, o que teve o maior ritmo de crescimento no nível de ocupação foi a construção civil, com 23,9% (2,41% a.a.) no subperíodo 1991/2000, sendo, portanto, menor do que o verificado no subperíodo seguinte, com 51,0% (4,21% a.a.).

Em resumo, o fenômeno mais relevante foi a grande redução na importância relativa da agropecuária no nível global de ocupação na Paraíba, fato esse já constatado por Alves (2006). Segundo o mesmo, esse fato não estava circunscrito apenas à realidade local, mas perpassava grande parte da agropecuária regional, onde a tradicional concentração fundiária, as secas periódicas e o recente acirramento da competição entre os centros produtores, proporcionado pela integração inter-regional e pela abertura da economia na década de 1990, reforçaram a também tradicional incapacidade da agropecuária nordestina de absorver parte da força de trabalho local, contribuindo para intensificar o processo de urbanização. Nessa situação, restou aos setores

secundário e terciário (especialmente esse último) o papel de absorvedores da força de trabalho excedente da agropecuária, bem como dos recém-integrantes no mercado de trabalho.

No caso da indústria, nota-se que a Paraíba teve uma participação pífia no processo de desconcentração produtiva ocorrida no Brasil nas últimas décadas, o que não resultou em grandes mudanças na capacidade do setor absorver força de trabalho. Os incrementos de 18,2% (1,87% a.a.) e 18,4% (1,70% a.a.), ocorridos nos subperíodos de 1991/2000 e 2000/2010, respectivamente, serviram apenas para manter a participação relativa dos ocupados desse segmento no total dos ocupados, em torno de 9,5%.

### ***Distribuição dos ocupados segundo os grandes grupos de ocupação***

Por meio das Tabelas 6 e 7, abaixo, podemos ver os dados dos Censos Demográficos 2000 e 2010, referentes às pessoas ocupadas com 10 ou mais anos de idade na Paraíba, de acordo com os grandes grupos de ocupação no trabalho principal. O tratamento dessas informações em separado se justifica em função das mudanças na classificação dos ocupados, segundo esse aspecto, ocorridas desde o Censo Demográfico 1991. Desse modo, os dados de 2000 e 2010 se mostram com a nova metodologia.

Em 2000, dentre os grandes grupos de ocupação, aquele que mais se destacou foi o dos Trabalhadores Agropecuários, Florestais, de Caça e Pesca, com 365.882 pessoas, que correspondiam a 30,5% do total dos ocupados na Paraíba. Em segundo lugar, veio o grupo dos Trabalhadores dos Serviços, Vendedores do Comércio em Lojas e Mercados, com 337.504 pessoas, representando 28,1% do total dos ocupados. Em terceiro, se apresentou o grupo dos Trabalhadores da Produção de Bens e Serviços Industriais, com 216.900 pessoas ocupadas (18,1%). Em seguida, vieram os grupos dos Técnicos de Nível Médio, com 83.592 pessoas (7,0%), dos Trabalhadores de Serviços Administrativos, com 68.775 pessoas (5,7%) e dos Profissionais das Ciências e Artes, com 55.672 pessoas (4,6%).

**Tabela 6** - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, segundo os grandes grupos de ocupação no trabalho principal - Paraíba (2000).

Grandes grupos de ocupação no trabalho principal	População de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência	
	Quantidade (Pessoas)	Participação (%)
<b>Total</b>	<b>1.200.993</b>	<b>100,00</b>
Membros superiores do poder público, dirigentes de organização de interesse público e de empresas e gerentes	32.674	2,72
Profissionais das ciências e artes	55.672	4,64
Técnico de nível médio	83.592	6,96
Trabalhadores de serviços administrativos	68.775	5,73
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	337.504	28,10
Trabalhadores agropecuários, florestais, de caça e pesca	365.882	30,46
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	216.900	18,06
Trabalhadores de reparação e manutenção	20.433	1,70
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	7.808	0,65
Ocupações mal especificadas	11.753	0,98

**Fonte:** IBGE/Censo Demográfico 2000 - Resultados da Amostra

No que diz respeito ao ano de 2010, observa-se que o segmento que alocou o maior contingente de ocupados foi o de Ocupações Elementares, com 393.410 pessoas e participação relativa de 26,6%. Em segundo lugar, vieram os Trabalhadores dos Serviços, Vendedores dos Comércios e Mercados, com 253.074 pessoas e participação de 17,1%. Na terceira posição, posicionaram-se os Trabalhadores Qualificados da Agropecuária, Florestais, da Caça e da Pesca, com 197.322 pessoas e participação de 13,4%. Os grupos menos representativos foram os Membros das Forças Armadas, Policiais, Bombeiros e Militares (0,5%), os Diretores e Gerentes (3,0%), os Técnicos e Profissionais de Nível Médio (4,7%) e os Trabalhadores de Apoio Administrativo (5,1%).

**Tabela 7** - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, segundo os grandes grupos de ocupação no trabalho principal - Paraíba (2010)

Grandes grupos de ocupação no trabalho principal	População de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência	
	Quantidade (Pessoas)	Participação (%)
<b>Total</b>	<b>1.478.168</b>	<b>100,00</b>
Diretores e gerentes	44.145	2,99
Profissionais das ciências e intelectuais	128.418	8,69
Técnicos e profissionais de nível médio	70.077	4,74



Trabalhadores de apoio administrativo	74.434	5,04
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio e mercados	253.074	17,12
Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca	197.322	13,35
Trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios	130.653	8,84
Operadores de instalações e máquinas e montadoras	96.932	6,56
Ocupação elementares	393.410	26,61
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	6.596	0,45
Ocupações mal definidas	83.107	5,62

**Fonte:** IBGE/Censo Demográfico 2010 - Resultados da Amostra

A partir das informações acima, e mesmo considerando as diferenças de classificação entre os Censos analisados, observamos que, na Paraíba, grande parte das ocupações se concentrava em grupos ocupacionais que historicamente tinham baixa qualificação e eram inseridos em atividades que produziam bens e serviços de baixo valor adicionado. Como podemos ver na subseção a seguir, essa distribuição dos ocupados afeta a remuneração média auferida pelos ocupados na Paraíba.

### **Renda**

Analisando o comportamento dos ocupados na Paraíba entre 1991 e 2000, segundo as classes de rendimento nominal médio mensal de todos os trabalhos (Tabela 8), constata-se o forte crescimento dos grupos com renda mais elevada, como os com mais de 20 salários mínimos, com variação de 128,5% (9,62% a.a.), mais de 3 a 5 salários mínimos (87,8%, ou 7,25% a.a.), mais de 5 a 10 salários mínimos (80,5%, ou 6,78% a.a.), bem como com mais de 10 a 20 salários mínimos (66,0%, ou 5,79% a.a.). Os menores crescimentos ficaram por conta dos grupos com mais de 1 a 2 salários mínimos (42,0%, ou 3,97% a.a.) e de mais de 2 a 3 salários mínimos (36,9%, ou 3,55% a.a.). Só houve um grupo que teve redução no número de ocupados, o com renda de até 1 salário mínimo, com variação de -23,5% (-2,37% a.a.). Temos ainda o caso dos ocupados sem rendimento, cujo grupo teve incremento de 240,1% (14,57% a.a.). Ressalte-se, nesse caso, que grande parte disso pode ser atribuída ao fato de as pessoas que receberam somente em benefícios serem incluídas nesse grupo, a partir do Censo 2000.

No subperíodo 2000/2010 ocorreu, em linhas gerais, o inverso do ocorrido no subperíodo anterior, ou seja, decréscimos na maioria dos grupos, com destaque para os que possuem as maiores faixas salariais, como os grupos com mais de 20 salários mínimos, com variação de -36,3% (-3,15% a.a.), o de mais de 10 a 20 salários mínimos, com -20,7% (-1,90% a.a.), o de mais de 3

a 5 salários mínimos, com -14,0% (-1,32% a.a.), e o de mais de 5 a 10 salários mínimos, com -13,5% (-1,28% a.a.).

Observamos, por outro lado, crescimentos nos grupos de até 1 salário mínimo e de mais de 1 a 2 salários mínimos, de 63,5% (5,04% a.a.) e 5,3% (0,52% a.a.), respectivamente. Uma das causas a explicar esses resultados seria a política de valorização do salário mínimo, empreendida nos últimos anos que, por sua vez, tendeu a elevar os salários que se situavam abaixo desse patamar e “achatar” os salários de categorias que tinham pisos salariais próximos do salário mínimo. Por outro lado, há que se levar em conta a ampliação das oportunidades de empregos empreendidas nos últimos dez anos, em função da retomada do crescimento econômico, que proporcionou a redução do contingente dos desempregados, especialmente os com pouca qualificação profissional.

**Tabela 8** - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por classes de rendimento nominal médio mensal de todos os trabalhos - Paraíba (1991, 2000 e 2010)

Classes de Rendimento Nominal Médio Mensal de todos os trabalhos (salário mínimo) (1)	População de 10 anos ou mais de idade, ocupada na semana de referência			Variação Relativa (%)	
	1991	2000	2010	1991/2000	2000/2010
	<b>Quantidade (Pessoas)</b>				
<b>Total</b>	<b>1.044.594</b>	<b>1.200.993</b>	<b>1.478.168</b>	<b>14,97</b>	<b>23,08</b>
Até 1	602.410	461.100	753.922	-23,46	63,51
Mais de 1 a 2	189.640	269.284	283.645	42,00	5,33
Mais de 2 a 3	57.507	78.712	73.164	36,87	-7,05
Mais de 3 a 5	37.856	71.097	61.133	87,81	-14,01
Mais de 5 a 10	31.408	56.692	49.019	80,50	-13,53
Mais de 10 a 20	14.480	24.034	19.063	65,98	-20,68
Mais de 20	5.212	11.909	7.582	128,49	-36,33
Sem rendimento (2)	67.095	228.164	230.460	240,06	1,09
Sem Declaração	38.986	-	-	-	-
	<b>Participação Relativa (%)</b>				
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	-	-
Até 1	57,67	38,39	51,00	-	-
Mais de 1 a 2	18,15	22,42	19,19	-	-
Mais de 2 a 3	5,51	6,55	4,95	-	-
Mais de 3 a 5	3,62	5,92	4,14	-	-
Mais de 5 a 10	3,01	4,72	3,32	-	-
Mais de 10 a 20	1,39	2,00	1,29	-	-
Mais de 20	0,50	0,99	0,51	-	-
Sem rendimento (2)	6,42	19,00	15,60	-	-
Sem Declaração	3,73	-	-	-	-

Fonte: IBGE/Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010 - Resultados Gerais da Amostra

NOTA: (1) Salário mínimo utilizado: Cr\$ 36.161,60 para 1991; R\$ 151,00 para 2000 e

R\$ 510,00 para 2010;

(2) Em 2000 e 2010, inclui as pessoas que receberam somente em benefícios.

Em termos da participação de cada grupo em relação ao total dos ocupados, observamos uma forte oscilação no maior deles, ou seja, o dos ocupados com renda de até 1 salário mínimo: essa caiu de 57,7%, em 1991, para 38,4%, em 2000, mas teve crescimento no subperíodo seguinte, chegando a atingir 51,0%, em 2010, uma taxa inferior à verificada em 1991. O segundo maior grupo foi o de pessoas ocupadas com renda média mensal entre mais de 1 a 2 salários mínimos, cuja participação passou de 18,2%, para 22,4% e 19,2%. O terceiro maior grupo foi o de renda de mais de 2 a 3 salários mínimos, com sua participação passando de 5,5%, para 6,6% e 5,0%, respectivamente. A participação desses três grupos juntos ficou em 81,3%, em 1991, 67,4%, em 2000, e 75,1%, em 2010.

Os demais grupos de renda, apesar de terem apresentado crescimento absoluto entre os extremos do período analisado (1991 e 2010) e algumas oscilações em termos da importância dos mesmos em relação ao total dos ocupados, nos subperíodos analisados, quando verificamos o comportamento dessa participação entre 1991 e 2010, não verificamos oscilações relevantes entre os extremos do período. Esses são os casos dos grupos com mais de 5 a 10 salários mínimos (passando de 3,0% para 4,7% e 3,3%, respectivamente), mais de 10 a 20 salários mínimos (de 1,4%, em 1991, passou para 2,0%, em 2000, e 1,3%, em 2010) e mais de 20 salários mínimos (passou de 0,5%, para 1,0% e 0,5%, respectivamente). Ressalte-se, mais uma vez, o ocorrido com o grupo dos ocupados sem rendimento, cuja participação elevou-se bastante na década de 1990 (de 6,4%, em 1991, para 19,0%, em 2000, e para 15,6%, em 2010), apesar de seu crescimento em termos absolutos, nesse mesmo subperíodo.

A Tabela 9, a seguir, apresenta o valor do rendimento médio e mediano de todos os trabalhos, das pessoas com 10 anos ou mais anos de idade, ocupadas na Paraíba, segundo o sexo. O Censo 2010 mostra que a remuneração média de todos os trabalhos dos ocupados, nesse território, ficou no patamar de R\$ 943,75. Em 2000, esse rendimento era de R\$ 373,75. Em 2010, enquanto os homens percebiam um rendimento médio de R\$ 998,71, as mulheres tinham remuneração média de R\$ 859,89 (86,1% da média anterior). Em 2000 essa relação era de 79,9%, observando-se diminuição na discrepância salarial entre os sexos.

**Tabela 9** - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência com rendimento de trabalho, valor do rendimento nominal médio e mediano mensal de todos os trabalhadores por sexo - Paraíba (2000 e 2010)

Sexo	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na mesma semana de referência e com rendimento de trabalho		Valor do rendimento nominal mensal de todos os trabalhos das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho (Reais)			
			Médio		Mediano	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Total	972.828	1.247.528	373,75	943,75	162	510
Homens	618.415	753.634	403,30	998,71	190	510
Mulheres	354.413	493.894	322,19	859,89	151	510

**Fonte:** IBGE/Censos Demográficos 2000 e 2010 - Resultados Gerais da Amostra

NOTA: (1) Salário Mínimo utilizado em 2000 é R\$ 151,00; em 2010, é R\$ 510,00

Analisando, agora, o comportamento do rendimento nominal mediano mensal (que leva em conta os valores mais representativos e desconsidera os valores extremos do universo) dos ocupados, constatou-se que, no ano 2000, grande parte dos ocupados na Paraíba percebia salário mediano de R\$ 162,00, situado, portanto, próximo do valor do salário mínimo vigente a partir de maio de 2000 (R\$ 151,00). Em 2010, o salário mediano da Paraíba ficou equivalente ao salário mínimo vigente (R\$ 510,00). Fazendo uma análise dos rendimentos medianos segundo o sexo dos ocupados na Paraíba, nota-se que no ano 2000 os rendimentos mais frequentes entre os homens estavam no patamar de R\$ 190,00, enquanto o das mulheres era de R\$ 151,00, ou seja, 79,5% frente ao primeiro. Já em 2010, houve uma equalização entre os rendimentos medianos de ambos os sexos, no valor do salário mínimo, certamente em decorrência da combinação entre a política de recuperação do poder aquisitivo do salário mínimo, de um lado, e, de outro, pelo fato de os rendimentos auferidos serem muito baixos, de forma que esses fatores agiram simultaneamente no sentido de desestimular práticas de diferenciação de gênero com base na remuneração.

Em relação às desigualdades nos rendimentos auferidos na Paraíba, constatamos uma gradual redução das mesmas nas décadas de 1990 e 2000, medida através do Índice de Gini<sup>6</sup> da distribuição do rendimento nominal mensal de todos os trabalhos, das pessoas ocupadas e com rendimento de trabalho: este passou de 0,6381 em 1991, para 0,603 em 2000, e 0,575, em 2010,

6 O Índice de Gini é uma medida do grau de concentração de uma distribuição, cujo valor varia de 0 (zero) - a perfeita igualdade - até 1 (um) - a desigualdade máxima.

resultando em reduções de 5,5% e 4,6%, para os subperíodos 1991/2000 e 2000/2010, respectivamente.

### *Jornada de trabalho*

Com a Tabela 10, a seguir, podemos ver a distribuição dos ocupados na Paraíba segundo a jornada semanal de trabalho, nos períodos intercensitários de 1991, 2000 e 2010<sup>7</sup>. No primeiro subperíodo analisado (1991/2000), os resultados mostram que, com exceção do grupo com jornada semanal de trabalho entre 40 e 44 horas, todos os demais obtiveram crescimento, destacando-se o grupo com até 14 horas, com variação de 192,9% (12,68% a.a.), seguido dos grupos de 15 a 39 horas e de 49 ou mais horas de jornada, com variações de 50,1% (4,62% a.a.) e 32,4% (3,17% a.a.), respectivamente. O grupo com jornada entre 45 e 48 horas teve um crescimento bem menor que os demais, de 1,6% (0,17% a.a.).

**Tabela 10** - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na Paraíba, por grupo de horas habitualmente trabalhadas por semana (1991, 2000 e 2010)

Grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana	População de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na Paraíba			Variação Relativa (%)	
	1991	2000	2010	1991/2000	2000/2010
<b>Quantidade (Pessoas)</b>					
<b>Total</b>	<b>1.044.593</b>	<b>1.200.993</b>	<b>1.478.168</b>	<b>14,97</b>	<b>23,08</b>
Até 14 horas	20.035	58.869	137.731	192,93	134,68
15 a 39 horas	244.659	367.331	380.470	50,14	3,58
40 a 44 horas	423.907	351.687	581.219	-17,04	65,27
45 a 48 horas	155.729	158.175	161.301	1,57	1,98
49 horas ou mais	200.263	265.112	217.446	32,38	-17,98
<b>Distribuição (%)</b>					
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	-	-
Até 14 horas	1,9	4,9	9,3	-	-
15 a 39 horas	23,4	30,6	25,7	-	-
40 a 44 horas	40,6	29,3	39,3	-	-
45 a 48 horas	14,9	13,2	10,9	-	-
49 horas ou mais	19,2	22,1	14,7	-	-

**Fonte:** IBGE/Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010 - Resultados Gerais da Amostra

OBS: Em 1991, dados dos ocupados em todos os trabalhos, em 2000 e 2010, dados dos ocupados no trabalho principal

7 Ressalte-se que os dados do Censo 1991 levam em consideração a jornada de trabalho em todos os trabalhos, enquanto nos Censos de 2000 e 2010 foi considerada apenas a jornada no trabalho principal. Por isso mesmo, a comparação entre os subperíodos deve ser um pouco relativizada.

O grupo com jornada semanal entre 40 e 44 horas, por sua vez, teve seu contingente reduzido em 17,0% (-1,76% a.a.), tendo passado de 423.907 pessoas, em 1991, para 351.687, em 2000, uma redução de 72.220 pessoas, em termos absolutos. Lembremos que isso ocorreu no momento em que o emprego assalariado com e sem carteira de trabalho assinada, bem como o total dos trabalhadores autônomos (conta própria e trabalhadores na produção para o próprio consumo) e os não remunerados cresceram, enquanto o nível de ocupação entre os militares e servidores públicos caiu bastante (91.707 pessoas). Por conta desses fatos, podemos depreender que a crise e ajustes vividos pela economia brasileira e regional foram elementos explicativos relevantes para o entendimento da redução no grupo dos ocupados com jornada entre 40 e 44 horas, que trouxe como consequências a redução do número de servidores públicos, de um lado, bem como do aumento da precarização das condições de trabalho no setor privado, materializada não só pelo crescimento de ocupações autônomas ou não remuneradas, mas também pela prática empresarial muito comum em tempos de crise e de incertezas na economia, de obrigatoriedade ou estímulo aos seus trabalhadores, no cumprimento de jornada semanal superior à máxima legal permitida, de 40 horas, evitando, assim, custos de contratação e demissão de novos empregados.

O subperíodo 2000/2010 também mostra crescimento em quase todos os grupos de ocupados, só que desta vez a exceção ficou por conta do grupo dos ocupados com 49 ou mais horas de trabalho, que passou de 265.112 pessoas, em 2000, para 217.446 pessoas, em 2010, tendo, portanto, uma variação de -18,0% (-1,67% a.a.). Esse fato pode ser creditado à melhoria da economia brasileira a partir de 2004, que, como já dissemos, provocou um forte crescimento do emprego assalariado formal.

Entre os grupos que tiveram variações positivas, o destaque também ficou com o grupo com jornada de até 14 horas que, como no subperíodo anterior, teve um crescimento expressivo, mas num ritmo inferior ao mesmo, tendo crescido 134,7% (8,9% a.a.). Em seguida, veio o grupo com jornada semanal entre 40 e 44 horas, com variação de 65,3% (5,15% a.a.). Os outros dois grupos tiveram crescimento moderado: o de 15 a 39 horas, teve variação de 3,6% (0,35% a.a.), bem inferior à variação verificada no subperíodo anterior; já o grupo com jornada entre 45 e 48 horas, a variação ficou em 2,0% (0,20%), acompanhando o modesto ritmo de crescimento do subperíodo anterior.

Em termos da participação de cada grupo no total dos ocupados, observamos oscilações na importância relativa do maior grupo de ocupados, o com jornada de 40 a 44 horas, oscilações essas que não impediram que o patamar

verificado em 2010 ficasse próximo ao verificado no início do período de análise: de 40,6% do total dos ocupados, em 1991, caiu para 29,3%, em 2000, elevando-se para 39,3%, em 2010.

Temos, agora, dois blocos distintos: de um lado, um formado pelos grupos que aumentaram suas participações no total dos ocupados; de outro, os grupos que tiveram reduções de participação. No primeiro caso, temos os grupos com menores jornadas semanais de trabalho que, juntos, tiveram um crescimento de quase 10%: o que mais cresceu foi o de até 14 horas semanais, com 7,4 % (passou de 1,9%, em 1991, para 4,9%, em 2000, e 9,3%, em 2010), seguindo-se o grupo de 15 a 39 horas, com 2,3 % de incremento (de 23,4% para 30,6% e para 25,7%, respectivamente). O outro bloco, formado pelos grupos com maior jornada de trabalho, teve redução de 9,5 %, sendo que a maior variação ficou por conta do grupo com 49 ou mais horas de jornada, de -4,5 % (de 19,2%, em 1991, para 22,1%, em 2000, e para 14,7%, em 2010), seguida pelo de 45 a 48 horas de jornada, que teve queda de 4 % (de 14,9% para 13,2% e 10,9%, respectivamente). A partir dos dados aqui considerados, é possível se concluir que houve melhoria das condições de trabalho nos anos 2000, quando analisados apenas pelo enfoque da jornada de trabalho, em função da redução da importância relativa das ocupações com jornada de trabalho superior a 44 horas semanais, simultaneamente ao crescimento das ocupações com menor jornada de trabalho.

A leitura dos dados acima pode também revelar as estratégias de sobrevivência e/ou melhoria da posição relativa das empresas e/ou dos ocupados no mercado de trabalho paraibano, em contextos marcados por flutuações da atividade econômica, nas últimas décadas. No caso do setor privado, em muitos casos as empresas preferem induzir seus empregados a cumprirem jornadas de trabalho maiores, através da prática de horas extras, ao invés de procederem à abertura de novos postos de trabalho, não só em tempos de crise, mas também em fases de crescimento econômico, como foi constatado nos anos 2000, onde o crescimento econômico ajudou na redução do número de pessoas ocupadas com longas jornadas de trabalho, mas não acabou. Para os trabalhadores, embora isso às vezes é bem visto, por ajudar na melhoria da renda (geralmente insuficiente para prover sua reprodução e a da sua família), o problema reside principalmente na perda de qualidade de vida, pelo desgaste que a jornada extensiva proporciona. Por outro lado, tendemos a considerar (com razão) que jornadas de trabalho inferiores à máxima legal permitida pela Constituição Federal de 1988 (44 horas) são as mais condizentes com as necessidades da sociedade atual, seja como estratégia de combate ao desemprego, seja para

evitar jornadas desgastantes para os trabalhadores. Como sabemos, no setor público, em suas três esferas, a jornada de trabalho praticada geralmente era menor do que a máxima legal permitida, sendo muitas vezes utilizadas jornadas de 40 ou de 36 horas semanais, sendo visto como uma boa prática laboral.

Entretanto, às vezes a prática de jornadas de trabalho inferiores à jornada máxima legal pode ser mais um reflexo da precarização das condições e relações prevaletentes nos mercados de trabalho (contratos informais, a tempo parcial, trabalho autônomo, avulso etc.), do que um sintoma de melhoria nas condições de trabalho dos que estão sujeitos às jornadas desta natureza. É também a estratégia usada por alguns atores sociais, seja para conciliar a atividade laboral com os afazeres domésticos, como é o caso de muitas mulheres na Paraíba e Brasil afora, seja para poder exercer mais de uma ocupação, muitas vezes para aumentar seus rendimentos, geralmente (mas nem sempre) baixos. Estavam inseridos nessa última situação pessoas ocupadas nos setores público e privado, com contratos formalizados ou não, sendo geralmente encontradas na agropecuária e em alguns ramos do Setor Terciário, como os da educação e da saúde. O problema aqui reside principalmente na perda de qualidade de vida provocada pela fadiga que provoca.

## Considerações finais

Neste artigo, inicialmente, foram destacadas transformações econômicas e demográficas relevantes na Paraíba. No primeiro caso, constatou-se que seu crescimento não foi suficiente para alterar sua posição relativa no quadro regional e nacional, mas, por outro lado, proporcionou uma maior diversificação das atividades econômicas, viabilizada pelo crescimento de segmentos da indústria e dos serviços. Em relação aos aspectos demográficos, verificou-se que o arrefecimento do crescimento populacional paraibano veio acompanhado de um aumento da importância relativa da população em idade adulta e, em grau menor, mais escolarizada, fazendo com que tenha passado a existir no Estado um potencial demográfico positivo para geração de riqueza.

No mercado de trabalho, constatou-se que a redução das pressões demográficas sobre o mesmo, junto com o crescimento econômico e a adoção de políticas sociais, contribuiu para reduzir a taxa geral de desemprego em 2010, mas que, entretanto, não chegou a atingir o patamar verificado no início dos anos 1990. Por outro lado, persiste o desafio de se gerar ocupações em quantidade e qualidade para o contingente juvenil, que já ingressou e para aquele que futuramente ingressará no mercado de trabalho.



Verificaram-se também algumas mudanças e permanências relevantes no perfil dos ocupados nesses mercados de trabalho. Entre as primeiras, está o aumento da participação relativa dos empregados, impulsionado principalmente pelo crescimento dos trabalhadores com carteira de trabalho assinada, simultaneamente à queda na participação dos trabalhadores por conta própria. Mas, por outro lado, grande parte da força de trabalho paraibana ainda pertencia aos contingentes de excluídos (desocupados) e ocupados em condições precárias, que, no caso desses últimos, se materializava na grande proporção de ocupados em atividades informais, como grande parte das ocupações por conta própria, das assalariadas sem carteira assinada, das sem remuneração.

Do ponto de vista da distribuição dos ocupados nas atividades da economia paraibana, observou-se um crescimento dos ocupados nos serviços em geral, no comércio e na indústria, enquanto a participação dos ocupados no Setor Primário caía vertiginosamente. Em João Pessoa, por sua vez, o único segmento que teve sua participação elevada foi o comércio de mercadorias, em detrimento dos demais segmentos, em que houve reduções de participação. Em ambas as áreas analisadas, as atividades de serviços tinham o papel mais relevante, em termos de postos de trabalho.

Em termos da distribuição dos ocupados por grandes grupos ocupacionais, constatou-se uma predominância de ocupações mais elementares, inseridas em atividades que produziam mercadorias e serviços de baixo valor agregado, sendo a realidade da capital um pouco melhor do que a do Estado da Paraíba. Em relação à renda, apesar de ter havido um processo de redução das desigualdades entre os ocupados com rendimento, o quadro ainda era preocupante, em função dos baixíssimos rendimentos da maioria da população, cujos valores geralmente situavam-se próximos ao salário mínimo nacional. Por outro lado, observaram-se melhorias no que diz respeito à distribuição dos ocupados segundo a jornada semanal de trabalho, materializadas no aumento dos ocupados com jornada entre 40 e 44 horas, simultaneamente à redução dos grupos de ocupados com jornada entre 15 e 39 horas e de mais de 44 horas de trabalho, notadamente do grupo com 49 ou mais de horas trabalhadas semanalmente.

## Referências bibliográficas

ALVES, Jorge. Evolução do Mercado de Trabalho Paraibano no Período Recente: Mudanças e Permanências. In: Vêras de Oliveira, R. (Org.). *Qualificar para quê? qualificar para quem? - do global ao local: o que se espera da qualificação profissional hoje*. São Paulo: UNITRABALHO; Campina Grande: EDUFCEG, 2006, p.p. 153-170.

ANDRADE, Manuel. *Polarizações para João Pessoa*. Recife: UFPE/PPDU, 1975.

ARAÚJO, Tânia. Nordeste: herança de diferenciação e futuro de fragmentação. In: *Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências*. Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2000a, p.p. 203-234.

\_\_\_\_\_. Nordeste, Nordestes. Que Nordeste? In: *Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências*. Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2000b, p.p. 165-196.

MAGNOLI, Demétrio; ARAÚJO, Regina. *A Nova Geografia: Estudos de Geografia do Brasil*. 2ª Ed. São Paulo: Moderna, 1996. 378 p.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Tendências demográficas: uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, V. 13 – Paraíba, 2002.

\_\_\_\_\_. *Censos Demográficos 1980, 1991, 2000 e 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 1994, 2001 e 2012.

\_\_\_\_\_. *Contas Regionais do Brasil 2009*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. *Introdução à formação econômica do Nordeste*. Recife: FUNDAJ/Ed. Massangana, 1989.

\_\_\_\_\_. *O elo perdido: classe e identidade de classe*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987. 135 p.

OLIVEIRA, Francisco de. A Metamorfose da arribaçã: fundo público e regulação autoritária na expansão econômica do Nordeste. In: *Os direitos do antivalor: a economia Política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Biotempo, 2003, 150 p.

\_\_\_\_\_. *Noiva da revolução; elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste, planejamento e conflitos de classes*. São Paulo: Boitempo, 2008.

SILVA, Maria Ozanira; YAZBEK, Maria Carmelita; GIOVANNI, Geraldo di. *A política social brasileira no Século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda*. São Paulo: Cortez, 2004.